

ESTUDOS E ANÁLISES

Número 26 – Dezembro de 2014

Análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo – 2015

Implicações para a área de saúde

Introdução

O Projeto de Lei nº 1.1291/2014, divulgado em *site* da Assembleia Legislativa de São Paulo, dispõe sobre o Orçamento para o estado no ano de 2015 (PLOA 2015) e já está em tramitação.

Neste breve estudo, o PLOA 2015 será analisado em quatro seções, sendo elas: i) Previsão de Receitas; ii) Fixação de Despesas; iii) Orçamento de Secretarias Seleccionadas; e iv) Considerações Finais.

Previsão de Receitas

A Receita Total prevista para o ano de 2015 é de R\$ 204,6 bilhões, um aumento nominal de 8,2% em relação ao previsto na Lei Orçamentária de 2014. Desse total, 93,8% deverá vir da Administração Direta e outros 6,2% da Administração Indireta (Tabela 1).

As Receitas Correntes da Administração Direta, que corresponderão a 86,2% da Receita Total, deverão ter aumento de 5,3%, atingindo R\$ 176,3 bilhões. A Receita Tributária deverá crescer 5,1%, sendo que a previsão de crescimento do ICMS em 2015 é de 5,0%, totalizando R\$ 128,7 bilhões. Como a previsão de inflação (seja IPCA ou IGP-DI) para o ano que vem está entre 5,5% e 6,0%, significa que o orçamento prevê que não haverá crescimento real do ICMS e da Receita Tributária em 2015.

Já para o conjunto das receitas de Contribuição, Patrimonial, Agropecuária, Industrial e de Serviços espera-se queda de 16,1%, mas deverão ser apenas R\$ 5,0 bilhões, ou 2,5% da Receita Total.

Para as Transferências Correntes há um aumento esperado de 11,1% em relação à LOA 2014, chegando a cerca de R\$ 17,4 bilhões, que corresponderá a 8,5% da Receita Total. Desse total, R\$ 17,2 bilhões deverão ser Transferências da União.

As demais receitas correntes, como multas e juros de mora e receitas de dívida ativa, deverão ter aumento de 23,1%, passando de R\$ 4,2 bilhões em 2014 para R\$ 5,1 bilhões em 2015, mas representarão apenas 2,5% da Receita Total.

Já as Receitas de Capital da Administração Direta, deverão ter crescimento expressivo de 45,5%, totalizando R\$ 15,7 bilhões (apenas 7,7% da Receita Total).

TABELA 1**Previsão de Receitas do Estado de São Paulo - PLOA 2015***(Em R\$)*

Projeção de Receita		2015	Variação 2014-2015	Participação na Receita Total	
Receitas Correntes		176.335.519.351,00	5,3%	86,2%	
Receita Tributária	Total	148.797.916.067,00	5,1%	72,7%	
	Impostos	Total	143.864.114.867,00	5,2%	70,3%
		Sobre o Patrimônio e a Renda	15.165.448.200,00	6,5%	7,4%
		Sobre a Produção e Circulação	128.698.666.667,00	5,0%	62,9%
	Taxas	4.933.795.900,00	2,8%	2,4%	
Contribuição de Melhoria		5.300,00	-25,9%	0,0%	
Receita de Contribuições		39.500.010,00	110,0%	0,0%	
Receita Patrimonial		4.454.281.500,00	-19,5%	2,2%	
Receita Agropecuária		6.550.520,00	7,6%	0,0%	
Receita Industrial		3.348.750,00	13,8%	0,0%	
Receita de Serviços		523.488.335,00	22,5%	0,3%	
Transferências Correntes	Total	17.382.515.696,00	11,1%	8,5%	
	Da União	17.205.599.176,00	10,1%	8,4%	
	Outras Transf.	176.916.520,00	676,7%	0,1%	
Outras Receitas Correntes		5.127.918.473,00	23,1%	2,5%	
Receita de Capital		15.667.511.945,00	45,5%	7,7%	
Total da ADM Direta		192.003.031.296,00	7,8%	93,8%	
Total da ADM Indireta		12.626.244.956,00	15,5%	6,2%	
TOTAL GERAL		204.629.276.252,00	8,2%	100,0%	

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Fixação de Despesas

As Despesas Totais, excluindo as Intraorçamentárias, deverão crescer 8,5%, sendo que as Despesas de Capital devem crescer 5,5% e as Despesas Correntes 8,9% (Tabela 2). Em valores nominais, as Despesas Correntes devem atingir R\$ 201,5 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 27,5 bilhões.

Em relação às Despesas Correntes, espera-se crescimento no pagamento de Pessoal e Encargos Sociais de 9,3%, totalizando R\$ 102,1 bilhões, além de aumento de 10,7% com Juros e Encargos da Dívida, atingindo R\$ 10,7 bilhões. Já as Outras Despesas Correntes devem totalizar R\$ 88,7 bilhões, aumento de 8,4% em relação a 2014.

Na rubrica Despesas de Capitais, os Investimentos terão aumento de 5,9% em relação a 2014, totalizando R\$ 16,2 bilhões. Ou seja, se for descontada a inflação, o nível

de investimento em 2015 deverá ser o mesmo que este ano. As Inversões Financeiras deverão aumentar 1,6%, com gasto previsto de R\$ 5,1 bilhões.

Deverá haver também crescimento da despesa com a Amortização da Dívida, de 7,9%, atingindo R\$ 6,1 bilhões. Assim, o gasto somado com a Amortização, Juros e Encargos da Dívida atingirá R\$ 16,8 bilhões, ou 7,4% da Despesa Total (excluída as Intraorçamentárias).

A Administração Direta deverá ter crescimento de 8,0% nas Despesas, enquanto a Administração Indireta aumentará em 9,8% o orçamento. Destaque para os Investimentos que deverão ser realizados principalmente pela Administração Indireta, com aumento de 10,3% na previsão de despesa, em contrapartida à Administração Direta que deverá crescer apenas 1,0% em valores nominais.

TABELA 2
Previsão de Receitas do Estado de São Paulo - PLOA 2015

(Em R\$)

Projeção de Despesa	Consolidado 2015	Variação 2014-2015		
		Consolidado	Adm. Direta	Adm. Indireta
Despesas Correntes	201.516.682.412	8,9%	8,7%	9,7%
Pessoal e Encargos Sociais	102.065.512.697	9,3%	8,4%	10,6%
Juros e Encargos da Dívida	10.727.848.843	10,7%	10,7%	-11,3%
Outras Despesas Correntes	88.723.320.872	8,4%	8,6%	6,8%
Despesas de Capital	27.492.244.580	5,5%	3,3%	10,2%
Investimentos	16.520.696.898	7,6%	1,0%	10,3%
Inversões Financeiras	5.131.301.800	1,6%	1,6%	-100,0%
Amortização da Dívida	6.110.245.882	7,9%	8,0%	4,1%
Reserva de Contingência	10.000.000	0,0%	-	-
Subtotal	229.018.926.992	8,5%	8,0%	9,8%
Despesas Intraorçamentárias	-24.389.650.740	11,1%	-	-
TOTAL GERAL	204.629.276.252	8,2%	8,0%	9,8%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 - ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Em relação à distribuição da despesa por órgão, como mostra a Tabela 3, os maiores aumentos serão na Casa Civil (37,9%), Secretaria do Meio Ambiente (23,0%), Turismo (15,7%), Transportes Metropolitanos (15,3%), Justiça e Cidadania (14,9%), Segurança Pública (14,6%), Esporte, Lazer e Juventude (14,5%) e Saneamento (14,1%).

Além delas, as Secretarias de Administração Penitenciária, Fazenda, Energia, e Saúde, além do Tribunal de Justiça terão aumentos acima da média do Estado.

Por outro lado, as Secretarias de Logística e Transportes, Emprego e Relações do Trabalho, Cultura, Planejamento, e Direitos da Pessoa com Deficiência terão seus orçamentos reduzidos em relação a 2014. Destaca-se, ainda, que a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano foi incorporada à Casa Civil, o que explica as variações de orçamento nessas secretarias.

TABELA 3
Projeção de Despesas do Estado de São Paulo, por Órgão, segundo variação nominal - PLOA 2015

Posição	Órgão	Var. Nominal	Participação	Posição	Órgão	Var. Nominal	Participação
1	Casa Civil	37,9%	0,3%	17	Assembleia Legislativa	7,7%	0,5%
2	Sec. do Meio Ambiente	23,0%	0,6%	18	Tribunal de Contas do Estado	7,6%	0,3%
3	Sec. de Turismo	15,7%	0,2%	19	Tribunal de Justiça Militar	7,5%	0,0%
4	Sec. dos Transportes Metropolitanos	15,3%	5,3%	20	Sec. Desenv. Eco., Ciência, Tec. e Inovação	7,1%	7,1%
5	Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania	14,9%	1,0%	21	Sec. de Gestão Pública	6,6%	1,0%
6	Sec. da Segurança Pública	14,6%	10,0%	22	Sec. da Educação	5,2%	13,9%
7	Sec. de Esporte, Lazer e Juventude	14,5%	0,1%	23	Sec. da Habitação	4,0%	0,9%
8	Sec. de Saneamento e Recursos Hídricos	14,1%	1,0%	24	Procuradoria Geral do Estado	3,0%	0,6%
9	Tribunal de Justiça	12,5%	4,6%	25	Sec. de Desenvolvimento Social	1,5%	0,5%
10	Sec. da Administração Penitenciária	12,1%	2,2%	26	Sec. de Agricultura e Abastecimento	0,3%	0,5%
11	Sec. da Fazenda	9,9%	15,0%	27	Sec. de Logística e Transportes	-1,4%	3,6%
12	Sec. de Energia	8,9%	0,1%	28	Sec. do Emprego e Relações do Trabalho	-2,5%	0,1%
13	Sec. da Saúde	8,5%	10,0%	29	Sec. da Cultura	-3,3%	0,4%
	Média do Orçamento	8,2%	-	30	Sec. Planejamento e Desenvolvimento Regional	-7,1%	0,6%
14	Administração Geral do Estado	8,1%	30,2%	31	Sec. dos Direitos da Pessoa com Deficiência	-59,6%	0,0%
15	Defensoria Pública do Estado	8,1%	0,4%	32	Sec. de Desenvolvimento Metropolitano	-100,0%	0,0%
16	Ministério Público	7,8%	0,9%				

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Quanto à participação dos órgãos no total da despesa para 2015, demonstrado na Tabela 4, a Administração Geral do Estado será responsável por 27,0% da Despesa Total (essa secretaria é responsável pelos repasses constitucionais aos municípios e pelos pagamentos relacionados à dívida pública); seguida pela Secretaria da Fazenda (13,4%), que inclui o

pagamento de aposentados e pensionistas; Secretaria de Educação (12,4%); Secretaria de Saúde (8,9%), e Secretaria de Segurança Pública (8,9%).

Os dez principais órgãos, nesse critério, respondem por 91,0% de todas as Despesas, enquanto os demais 22 órgãos ficam com os demais 9,0% do Orçamento previsto para 2015. Na comparação com a Lei Orçamentária de 2014, esses mesmos 10 órgãos foram responsáveis por 90,8% do Orçamento, ou seja, praticamente na mesma proporção.

TABELA 4
Projeção de Despesas do Estado de São Paulo, por Órgão,
segundo participação no total da despesa - PLOA 2015

Posição	Órgão	Participação	Posição	Órgão	Participação
1	Administração Geral do Estado	27,0%	17	Sec. do Meio Ambiente	0,5%
2	Sec. da Fazenda	13,4%	18	Procuradoria Geral do Estado	0,5%
3	Sec. da Educação	12,4%	19	Sec. de Agricultura e Abastecimento	0,5%
4	Sec. da Saúde	8,9%	20	Assembleia Legislativa	0,4%
5	Sec. da Segurança Pública	8,9%	21	Sec. de Desenvolvimento Social	0,4%
6	Sec. Desenv. Eco., Ciência, Tec. e Inovação	6,4%	22	Sec. da Cultura	0,4%
7	Sec. dos Transportes Metropolitanos	4,7%	23	Defensoria Pública do Estado	0,3%
8	Tribunal de Justiça	4,1%	24	Tribunal de Contas do Estado	0,3%
9	Sec. de Logística e Transportes	3,2%	25	Casa Civil	0,3%
10	Sec. da Administração Penitenciária	1,9%	26	Sec. de Turismo	0,2%
11	Sec. de Gestão Pública	0,9%	27	Sec. de Esporte, Lazer e Juventude	0,1%
12	Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania	0,9%	28	Sec. do Emprego e Relações do Trabalho	0,1%
13	Sec. de Saneamento e Recursos Hídricos	0,9%	29	Sec. de Energia	0,1%
14	Ministério Público	0,8%	30	Sec. dos Direitos da Pessoa com Deficiência	0,0%
15	Sec. da Habitação	0,8%	31	Tribunal de Justiça Militar	0,0%
16	Sec. Planejamento e Desenvolvimento Regional	0,6%	32	Sec. de Desenvolvimento Metropolitano	0,0%

Obs.: Incluem-se as transferências intragovernamentais

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP

Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Orçamento de Secretarias Selecionadas

i) Orçamento da Secretaria da Fazenda

Segundo o Projeto de Lei Orçamentária para 2015, está previsto um aumento de 9,9% no orçamento da Secretaria da Fazenda (Tabela 5). Porém, quando se exclui a São Paulo Previdência (SP Prev) e o orçamento do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo (IPESP), o orçamento em 2015 está 15,7% maior que em 2014.

Excluídos SP Prev e IPESP, o maior orçamento será o da Coordenadoria de Administração Tributária (CAT), com R\$ 1,9 bilhão, aumento de 26,1% em relação a 2014; seguida pelo orçamento da Administração Superior e da Sede, com R\$ 1,2 bilhão, aumento de 7,6%. A Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária (CPM) terá despesas de R\$ 308,7 milhões (aumento de 11,6%), e a Coordenadoria Geral de Administração (CGA) terá R\$ 172,6 milhões (aumento de 16,6%).

TABELA 5
Projeção de Despesas da Secretaria da Fazenda, por Unidade Orçamentária, segundo participação no total e variação 2014-2015

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Adm. Superior da Secretaria e da Sede	1.083.960.440	3,9%	1.165.896.138	3,8%	7,6%
Coord. da Administração Tributária - CAT	1.492.244.356	5,4%	1.881.193.214	6,1%	26,1%
Coord. da Administração Financeira - CAF	135.518.969	0,5%	101.745.101	0,3%	-24,9%
Coord. Ent. Descentralizadas/C. Eletrônicas CEDC	37.444.332	0,1%	42.271.258	0,1%	12,9%
Coordenadoria Geral de Administração - CGA	148.081.274	0,5%	172.653.222	0,6%	16,6%
Coord. Planej. Estratégico Moderniz. Fazendária	276.737.286	1,0%	308.751.781	1,0%	11,6%
Inst. de Pagamentos Especiais de SP-IPESP	62.637.548	0,2%	57.558.335	0,2%	-8,1%
Carteira Previdência dos Economistas SP	10.160	0,0%	7.950	0,0%	-21,8%
São Paulo Previdência - SPPREV	24.607.219.318	88,4%	26.872.173.573	87,8%	9,2%
Total Fazenda	27.843.853.683	100,0%	30.602.250.572	100,0%	9,9%
Fazenda exceto IPESP e SPPREV	3.173.996.817	-	3.672.518.664	-	15,7%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

ii) Orçamento da Secretaria da Educação

De acordo com o PLOA 2015, está previsto um aumento de 5,2% no orçamento da Secretaria da Educação, chegando a R\$ 28,4 bilhões (Tabela 6). A unidade orçamentária mais beneficiada, na comparação com o ano anterior, será a Fundação de Desenvolvimento da Educação, com aumento de recursos da ordem de 123,8%. Entretanto, seu peso relativo é baixo, representando cerca de 3,4% do orçamento total. Por outro lado, a Escola Formação de Professores Paulo R. C. Souza sofrerá a maior redução orçamentária (-50,8%).

A maior fatia do orçamento da educação será gasta, como nos últimos anos, com as despesas de “Administração Superior da Secretaria e da Sede” (69,5%).

TABELA 6

Projeção de Despesas da Secretaria da Educação, por Unidade Orçamentária, segundo participação no total e variação 2014-2015

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Adm. Superior da Secretaria e da Sede	19.433.284.623	71,9%	19.749.670.839	69,5%	1,6%
Conselho Estadual de Educação-CEE	2.871.130	0,0%	3.829.771	0,0%	33,4%
Coordenadoria Gestão de Recursos Humanos	379.512.432	1,4%	370.712.783	1,3%	-2,3%
Escola Formação de Professores Paulo R. C. Souza	122.003.633	0,5%	60.016.879	0,2%	-50,8%
Coordenadoria Gestão da Educação Básica	448.600.563	1,7%	421.743.665	1,5%	-6,0%
Coord. Inf. Monitoramento Avaliação Educacional	405.138.328	1,5%	410.442.197	1,4%	1,3%
Coord. Infraestrutura e Serviços Escolares	1.299.600.154	4,8%	1.725.767.276	6,1%	32,8%
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	4.503.899.557	16,7%	4.706.262.322	16,6%	4,5%
Fundação Desenvolvimento da Educação-FDE	436.996.306	1,6%	978.043.815	3,4%	123,8%
Total	27.031.906.726	100,0%	28.426.489.547	100,0%	5,2%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

iii) Orçamento da Secretaria da Saúde

No caso da Secretaria da Saúde, o PLOA 2015, prevê um aumento de recursos de 8,5% alcançando os R\$ 20,4 bilhões (Tabela 7).

A Vigilância Sanitária foi a área de aplicação com o reforço orçamentário mais significativo, de 129,6%, saltando de R\$ 6,3 milhões para R\$ 14,3 milhões. Não obstante, em termos absolutos, a Atenção Básica recebeu o reforço orçamentário mais significativo,

saltando de R\$ 189,7 milhões para R\$ 380,7 milhões. Ainda assim, o peso da Atenção Básica continua pequeno no orçamento estadual de saúde, apenas 1,9%. Vale lembrar, que a responsabilidade orçamentária pela Atenção Básica é, geralmente, dos municípios.

As áreas de Tecnologia da Informação (-9,7%), Alimentação e Nutrição (-6,9%) e Formação de Recursos Humanos (-0,5%), sofreram cortes orçamentários.

A maior fatia do orçamento de saúde será gasta, como de costume, com a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” (79,6%), que em 2015 chegará a R\$ 16,3 bilhões, aumento de 7,2% com relação a 2014.

TABELA 7
Projeção de Despesas da Secretaria da Saúde, por Subfunção,
segundo participação no total e variação 2014-2015

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Administração Geral	999.342.922	5,3%	1.209.627.324	5,9%	21,0%
Tecnologia da Informação	48.607.843	0,3%	43.913.879	0,2%	-9,7%
Formação de Recursos Humanos	195.876.808	1,0%	194.897.291	1,0%	-0,5%
Comunicação Social	27.500.000	0,1%	27.500.000	0,1%	0,0%
Assistência Comunitária	0	0,0%	7.718.430	0,0%	-
Atenção Básica	189.758.349	1,0%	380.683.898	1,9%	100,6%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.156.356.414	80,5%	16.247.434.754	79,6%	7,2%
Suporte Profilático e Terapêutico	1.977.945.339	10,5%	2.050.899.187	10,0%	3,7%
Vigilância Sanitária	6.243.936	0,0%	14.338.062	0,1%	129,6%
Vigilância Epidemiológica	100.866.180	0,5%	109.151.555	0,5%	8,2%
Alimentação e Nutrição	112.800.000	0,6%	105.000.000	0,5%	-6,9%
Direitos Individuais, coletivos e Difusos	0	0,0%	16.369.000	0,1%	-
Desenvolvimento Científico	8.002.212	0,0%	8.599.322	0,0%	7,5%
Normalização e Qualidade	2.000	0,0%	300.000	0,0%	14900,0%
Total	18.823.302.003	100,0%	20.416.432.702	100,0%	8,5%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP

Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Ainda no que tange à previsão orçamentária da Secretaria de Saúde, algumas rubricas tem especial relevância para o segmento de saúde privada e filantrópica, pois tratam das transferências do orçamento do estado para **instituições filantrópicas e organizações sociais** que administram serviços de saúde.

De acordo com o PLOA 2015, serão transferidos R\$ 1,8 bilhões a título de “**apoio financeiro a entidades filantrópicas e municipais**”, um aumento de 33,8% em relação a

2014. Cerca de 93% desse montante corresponde a “**despesas correntes**”, dentre as quais a maior participação costuma ser a folha de salários e encargos. Também serão transferidos R\$ 3,8 bilhões para “**Atendimento Ambulatorial e Hospitalar em unidades gerenciadas por organizações sociais**”. Neste caso haverá uma queda de recursos, de 10,3%, em comparação a 2014.

Em termos gerais, serão transferidos ao segmento de saúde privada e filantrópica, em 2015, cerca de R\$ 5,6 bilhões. O aumento nominal de receitas será de 0,4%, contudo, como a previsão de inflação gira em torno de 6,0% haverá queda do volume real de recursos (Tabela 8).

TABELA 8
Projeção de Despesas da Secretaria da Saúde,
Rubricas de interesse para a saúde privada e filantrópica,
segundo participação no total e variação 2014-2015

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Apoio financeiro a entidades filantrópicas e municipais	1.363.150.236	24,2%	1.823.253.339	32,3%	33,8%
a) outras despesas correntes	1.251.399.032	91,8%	1.704.933.214	93,5%	36,2%
b) investimentos	111.751.204	8,2%	118.320.125	6,5%	5,9%
Atendimento Ambul. e Hospitalar em unidades gerenciadas por organizações sociais	4.265.872.464	75,8%	3.825.938.430	67,7%	-10,3%
a) outras despesas correntes	4.253.872.464	99,7%	3.820.938.430	99,9%	-10,2%
b) investimentos	12.000.000	0,3%	5.000.000	0,1%	-58,3%
Total	5.629.022.700	100,0%	5.649.191.769	100,0%	0,4%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
 Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

iv) Orçamento da Secretaria de Segurança Pública

A previsão orçamentária da Secretaria da Segurança Pública prevê um aumento de 14,6% em 2015, atingindo R\$ 20,4 bilhões (Tabela 9).

Talvez em função do agravamento generalizado da criminalidade no Estado, todas as unidades orçamentárias receberão reforço em seu aporte financeiro. As unidades mais beneficiadas, contudo, serão a Administração Superior da Secretaria e da Sede (23,0%) e a Polícia Civil (15,4%).

A Polícia Militar recebeu aporte adicional de recursos da ordem de 13,8% e segue sendo a unidade orçamentária com maior participação no orçamento de segurança pública (67,0%), cerca de R\$ 13,7 bilhões.

TABELA 9
Projeção de Despesas da Secretaria de Segurança Pública, por Unidade Orçamentária, segundo participação no total e variação 2014-2015

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Adm. Superior da Secretaria e da Sede	1.068.427.105	6,0%	1.313.666.388	6,4%	23,0%
Polícia Civil do Estado de São Paulo	3.784.279.304	21,3%	4.366.845.088	21,4%	15,4%
Polícia Militar do Estado de São Paulo	12.004.480.319	67,4%	13.662.153.776	67,0%	13,8%
Corpo de Bombeiros	73.825.231	0,4%	81.923.259	0,4%	11,0%
Superint. da Polícia Técnico-Científica	656.365.296	3,7%	740.419.079	3,6%	12,8%
Caixa Beneficente da Polícia Militar	212.540.890	1,2%	238.766.254	1,2%	12,3%
Total	17.799.918.145	100,0%	20.403.773.844	100,0%	14,6%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

v) Orçamento de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação receberá, em 2015, incremento de 7,0% em sua dotação orçamentária, que deve alcançar os R\$ 14,6 bilhões (Tabela 10).

Em 2015, a FAPESP terá seu orçamento aumentado em 6,9%, alcançando R\$ 1,2 bilhões. Além disso, as três universidades paulistas – USP (6,0%), UNICAMP (6,4%) e UNESP (6,1%) terão aumento em seus orçamentos. Convém lembrar, entretanto, que em vista da inflação projetada, de 6,0%, em termos reais os orçamentos praticamente permanecerão inalterados. Em conjunto, as três grandes universidades paulistas representam 72,4% dos recursos da pasta.

Por fim, a Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, terá incremento orçamentário de 13,2%.

TABELA 10**Projeção de Despesas da Secretaria de Desenv. Econômico, Ciência, Tec. e Inovação, por Unidade Orçamentária, segundo participação no total e variação 2014-2015**

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2015-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
S. Desenvolvimento Ec., Ciência, Tecn. e Inovação	313.696.753	2,3%	283.092.527	1,9%	-9,8%
Universidade Virtual do Estado SP-UNIVESP	35.193.771	0,3%	37.245.455	0,3%	5,8%
Fundação Amparo Pesquisa Estado SP-FAPESP	1.133.512.201	8,3%	1.211.900.980	8,3%	6,9%
Super. Trab. Artesanal Comunidades - SUTACO		0,0%	3.708.591	0,0%	-
Universidade de São Paulo - USP	5.017.864.619	36,8%	5.321.395.013	36,5%	6,0%
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	2.557.588.450	18,8%	2.722.534.018	18,7%	6,4%
Univ. Est. "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP	2.374.984.874	17,4%	2.518.762.146	17,3%	6,1%
Centro Educação Tecnol. Paula Souza - CEETEPS	1.843.598.055	13,5%	2.040.285.134	14,0%	10,7%
Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA	76.514.955	0,6%	86.615.054	0,6%	13,2%
Fac. de Medicina de São José do Rio Preto	67.007.802	0,5%	70.014.150	0,5%	4,5%
Junta Comercial do Estado de SP - JUCESP	50.063.000	0,4%	99.845.928	0,7%	99,4%
Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT	160.605.780	1,2%	193.660.263	1,3%	20,6%
Total	13.630.630.260	100,0%	14.589.059.259	100,0%	7,0%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP

Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

vi) Orçamento da Secretaria de Habitação

O orçamento da Secretaria de Habitação, para 2015, está previsto em R\$ 1,8 bilhão. Aumento de 4,0% em relação a 2014 (Tabela 11).

Os gastos com Infraestrutura Urbana terão redução de recursos (-25,3%) e ficarão em apenas R\$ 49,8 milhões. A Habitação Urbana, área de destinação que representa 84% do orçamento da pasta, terá incremento de recursos de apenas 1,3%, chegando a R\$ 1,5 bilhão.

TABELA 11**Projeção de Despesas da Secretaria de Habitação, por Subfunção,
segundo participação no total e variação 2014-2015**

Unidade Orçamentária	2014		2015		Variação 2014-2015
	Orçada	%	Orçada	%	
Administração Geral	32.141.246	1,9%	37.472.694	2,1%	16,6%
Tecnologia da Informação	10.933.675	0,6%	13.301.438	0,7%	21,7%
Comunicação Social	3.360.582	0,2%	100	0,0%	-
Previdência Complementar	1.151.604	0,1%	1.319.376	0,1%	14,6%
Infraestrutura Urbana	66.620.301	3,8%	49.764.235	2,8%	-25,3%
Habitação Rural	14.190.000	0,8%	21.260.587	1,2%	-
Habitação Urbana	1.500.688.166	86,4%	1.520.485.982	84,2%	1,3%
Preservação e Conservação Ambiental	107.755.198	6,2%	162.610.785	9,0%	50,9%
Total	1.736.840.772	100,0%	1.806.215.197	100,0%	4,0%

Fonte: Projeto de Lei nº 1.291/2014 e Lei 15.265/2013 – ALESP
Elaboração: DIEESE / Subseção FEE Saúde SP.

Considerações Finais

- A previsão para a Receita Total é de aumento de 8,2% em 2015 em relação a 2014, sem contar a inflação projetada de 5,7%. Já para a Receita Tributária e ICMS, mais vinculados diretamente ao comportamento da economia, a previsão é de aumento de 5,1% e 5,0%, respectivamente. Ou seja, considerando a inflação projetada, o PLOA 2015 estima que haverá queda real entre 0,5% e 1,0% na Receita Tributária e na arrecadação com ICMS, em relação a 2014.
- É sempre importante considerar que o orçamento não necessariamente é executado conforme se espera, tendo como um dos fatores determinantes a realização das receitas. Toma-se como exemplo o ano de 2011, quando as receitas realizadas foram 5,6% maiores que o previsto na LOA 2011 e as despesas executadas puderam ser 4,3% maiores. Não obstante, tendo em vista que o próximo ano será um ano de ajustes, conforme evidenciado pelas medidas da nova equipe econômica do governo federal, e considerando a deterioração das expectativas acerca dos rumos da atividade econômica, é possível que a economia continue estagnada, afetando o volume de circulação das mercadorias. Caso isso venha a ocorrer, o orçamento estadual poderá ser ainda menor, em função da queda da arrecadação do ICMS.

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice-presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesq. e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Serv. Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Clemente Ganz Lúcio – coordenador de pesquisas

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Escritório Regional São Paulo

Airton Gustavo dos Santos – Coordenador de Atendimento Técnico e Sindical – airton@dieese.org.br

Equipe Técnica Responsável

Luiz Fernando Alves Rosa – Economista – luizfernando@dieese.org.br

DIEESE - Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo



Rua Paula Ney, 533 – Aclimação

CEP 04.107-021 São Paulo, SP

Telefone (11) 5575-7427

E-mail: atendimento@federacaodasaude.org.br

www.federacaodasaude.org.br

Direção Executiva

Presidente: Edison Laércio de Oliveira

1º vice-presidente: Nilselene Martins da Silva

2º vice-presidente: Erivelto Correa Araújo

Dir. Relações Públicas: Marilsa Sales Braga

Secretária Geral: Elaine da Silva Amaral

1ª secretária: Edna Alves

2ª secretária: João do Nascimento Carvalho

Tesoureira Geral: Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu

1º Tesoureiro: Valdeir Magri

Dir. Ass. de Previdência Social: Lierse Christovam de Almeida

Dir. Recursos Humanos: Maria das Graças Artur Machado

Diretor-procurador: Paulo Roberto Gondim Richieri

Diretor de Relações Intersindiciais: Milton Carlos Sanches

Diretor de Legislação e Normas: Aristides Agrelli Filho

Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira

Diretora Cultural: Maria Hermann

Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Alberto Tolentino

Diretora Arquivista: Silvia Cristina Ponce

Diretora de Sede e Patrimônio: Leide Mengatti

Conselho Fiscal – efetivo

- Carlos Alberto Cairo

- Rozeli Aparecida Lopes Gonçalves Nogueira

- Elizabete Antonia Bertin

Delegados efetivos representante na CNT

- Marta Alves de Carvalho

- Paulo César Pereira Richieri

Suplentes de Diretoria

- Florivaldo P. de Almeida

- Vera Lúcia Salvadio Pimentel

- Edmilson Aparecido Ferreira

- Anselmo Eduardo Bianco

- Maria Helena Anunciação de Souza

- Maria de Fátima Marcon

- Maria Ivanilde de Araújo Almeida

- Maria Cecília da Silva

- Heloísa Helena Teixeira

- Francisco Sálvio de Almeida

- Arnaldo Batista de Almeida

- Ivone Carrocini

- Irany Maria de Jesus

- Marly Alves Coelho

- Ana Ferreira da Silva

- Maria Doniseti de Souza

- Elidalva da Silva Lima

- Hermínia Aparecida Cruz

- João de Fátima

Suplentes do Conselho Fiscal

- Sofia Rodrigues do Nascimento

- Natalício Valério da Silva

- Inês de Oliveira

Suplentes dos delegados representantes da CNTS

- Ademilson Eleodoro de Carvalho

- Zélia Aparecida Torquetti Spagnol